

# Falta de professores trava curso de Cinema da Ufrgs

Criação da graduação é uma demanda antiga da comunidade acadêmica

/ EDUCAÇÃO

Gabriel Margonar  
gabrielm@jcrs.com.br

A falta de professores é hoje o principal obstáculo para a abertura do sonhado curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). A instituição depende da liberação de novas vagas docentes pelo Ministério da Educação (MEC) para colocar o projeto em funcionamento, conforme a reitora, Marcia Barbosa.

“Isso está travando. Precisamos contratar mais pessoas, não temos gente suficiente”, afirma a reitora. Segundo Marcia, a universidade vem cobrando do governo federal a disponibilização das vagas necessárias. “Estou pressionando o MEC, porque precisamos de vagas de docentes. Eu ainda acho que pode abrir no ano que vem, minha esperança é no ano que vem”, garante.

A criação da graduação é uma demanda antiga da comunidade acadêmica e ganhou força em meio ao momento de maior projeção do audiovisual brasileiro - com os filmes *Ainda Estou Aqui* e *O Agente Secreto*. O projeto pedagógico já foi aprovado nas instâncias internas da Ufrgs, entretanto, a abertura efetiva depende do reforço do quadro de professores.

Em abril, a expectativa da universidade era de que o curso pudesse ser incluído já no Vestibular



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Marcia diz que vem cobrando ações por parte do governo federal

lar 2027, com ingresso da primeira turma no próximo ano. O edital do processo seletivo, entretanto, foi publicado em 21 de agosto sem a nova graduação entre as opções oferecidas aos candidatos.

A ausência no vestibular, porém, não significa necessariamente que a estreia em 2027 esteja descartada. A reitora mantém a expectativa de que, caso o MEC disponibilize as vagas docentes necessárias, a universidade consiga encontrar uma alternativa para iniciar o curso no próximo ano.

Curso terá duração de quatro anos na Fabico

Pelo projeto aprovado pela Universidade, o bacharelado em Cinema e Audiovisual terá 2.955 horas de carga horária, distribuídas ao longo de oito semestres, equivalentes a quatro anos. As atividades serão concentradas na

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), em Porto Alegre.

Em abril, a diretora da Fabico, Ana Taís Martins, destacou em entrevista ao *Jornal do Comércio* que a proposta vinha sendo construída havia anos. “É um projeto bastante maduro, que vem sendo discutido há alguns anos, e está mais do que na hora de termos nosso curso de cinema e audiovisual na Ufrgs”, disse.

A criação da graduação também busca acompanhar o crescimento da produção audiovisual e a maior projeção internacional alcançada pelo cinema brasileiro nos últimos anos. Para Ana Taís, uma universidade pública com a dimensão da Ufrgs pode contribuir tanto para a formação de profissionais quanto para o desenvolvimento do setor.

## Brasil segue estagnado no Pisa, enquanto países ricos decepcionam

O desempenho dos estudantes de países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) foi o menor já registrado na história nas três áreas do conhecimento avaliadas pelo Pisa 2025. Praticamente estagnado na última década, o Brasil segue ainda bastante longe da média desses países.

Os resultados foram divulgados ontem pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. O Pisa consiste em um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos para avaliar o desempenho de alunos de 15 anos em ciências, leitura e matemática. A cada ciclo de avaliação, uma das três áreas de conhecimento recebe maior ênfase. Em 2025, a área destacada foi ciências.

Segundo a organização, depois de uma queda “sem precedentes” registrada após a pandemia em 2022, os novos resultados mostram que o desempenho dos estudantes continua caindo em muitos países, o que indica problemas estruturais na educação global.

“O Pisa 2025 registrou o pior desempenho médio dos países da OCDE observado até agora. O desempenho em leitura caiu depois de atingir seu pico por volta de 2012, enquanto o desempenho em ciências apresentou uma queda mais gradual ao longo da última década, e o desempenho em matemática caiu de forma especialmente acentuada após 2018”, diz o relatório.

A média da OCDE usada nessa comparação é calculada a partir do resultado de 23 países que fazem parte da organização desde o primeiro ano da avaliação, no ano 2000 - em sua ampla maioria são

nações mais desenvolvidas. O Brasil não faz parte do grupo.

De modo geral, os resultados apontam que 29% dos jovens de 15 anos dos países membros da OCDE registraram desempenho abaixo do esperado para a idade nas três áreas avaliadas. Em 2022, eram 25% dos estudantes nessa situação. Mais de 760 mil estudantes de 15 anos, em 91 países e regiões do mundo, realizaram a prova do Pisa em 2025 - só no Brasil, foram mais de 30 mil jovens. Além das três áreas de conhecimento tradicionalmente avaliadas, a última edição também avaliou a capacidade de resolver problemas por meio de ferramentas computacionais.

Na contramão dos países membros da OCDE, o Brasil não registrou oscilações significativas na última década. Em ciências, os brasileiros tiveram média de 409 pontos, resultado parecido ao de 2015, com 401 pontos. Em matemática, o resultado permanece exatamente o mesmo de dez anos atrás, com média de 377 pontos.

Ao analisar os últimos 20 anos, no entanto, o Pisa destaca que o Brasil conseguiu reduzir a distância das nações mais ricas mesmo tendo, incluindo mais crianças na escola. O diretor de Educação e Competências da OCDE, Andreas Schleicher, citou o país como um dos exemplos positivos da avaliação nesse período.

Em leitura, também praticamente não houve variação no período. Em 2025, a média foi de 408 pontos, um a mais do que o registrado em 2015. “Essa estabilidade nos resultados se arrasta há mais de uma década em todas as áreas do conhecimento no Brasil”, diz o relatório.

## Agergs homologa reajuste da tarifa da travessia de catamarã entre Porto Alegre-Guaíba

/ TRANSPORTE

Em sessão realizada ontem, o Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) homologou, por maioria, o reajuste da tarifa da travessia hidroviária de passageiros entre Porto Alegre e Guaíba, operada pela Cat-sul. Com a decisão, o valor cobrado pela viagem passa de R\$ 16,90 para R\$ 19,15, com vigência a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

O novo preço na travessia do catamarã representa um reajuste de 13,29%, e teve o percentual

calculado pela Metroplan, responsável pela gestão do transporte metropolitano.

A atualização do valor ocorre em um contexto de sucessivos atrasos na atualização da tarifa e de dificuldades enfrentadas pelo contrato de concessão nos últimos anos. Entre 2010 e 2016, houve 1.443 dias de atraso em reajustes, situação que chegou a resultar em ação judicial.

Mais recentemente, a concessionária apresentou pedidos relacionados aos impactos da pandemia e das enchentes de 2023 e 2024, que provocaram a interrupção do serviço por 67 dias. Com os eventos climáticos

extremos, a demanda mensal caiu de 71.046 para 42.290 passageiros, o que evidencia uma mudança no cenário de operação da travessia.

Por maioria, o Conselho Superior ratificou o desmembramento do processo, separando o reajuste do reequilíbrio. À Agergs, conforme a legislação e o contrato de concessão, cabe analisar e homologar o reajuste e a revisão tarifária ordinária.

Já o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro extraordinário, que envolve perdas acumuladas, impactos das enchentes e da pandemia, além de eventual criação de subsídio tarifário per-

manente, foi encaminhado para análise da Metroplan, na condição de Poder Concedente.

A separação é importante porque o reajuste tarifário é uma medida de atualização da tarifa prevista contratualmente, enquanto o reequilíbrio envolve a definição de como serão compensadas perdas extraordinárias e quais fontes poderão financiar o serviço. Segundo o processo, essa segunda questão depende de decisão do Poder Concedente e ainda necessita de uma quantificação técnica específica.

Na mesma sessão, foi aprovada, por unanimidade, a deliberação proposta, pelo con-

selheiro Alexandre Porsse, de manter a multa de R\$ 9,69 milhões aplicada à CPFL/RGE por falhas da concessionária na atuação durante o temporal registrado em janeiro de 2024 no Rio Grande do Sul. Na ocasião, milhares de consumidores ficaram sem energia em diferentes regiões do Estado em decorrência do evento climático.

O conselheiro relator não identificou novas alegações capazes de modificar a decisão anterior do Conselho. Assim, o recurso da CPFL/RGE deve ser encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que julgará a penalidade.